

EDUCAÇÃO FÍSICA FEMININA: UMA ABORDAGEM DE GÊNERO SOBRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1940.

Ana Júlia Pinto Pacheco*

RESUMO. Este texto se propõe a trazer, sob o prisma do gênero, uma reflexão acerca da educação física feminina nas décadas de 1930 e 1940, procurando mostrar consensos e contradições que se estabeleceram nessa época. Foram utilizados artigos da *Revista de Educação Física*, nº1 ao nº 63 (1932-1949), e do periódico *Educação Physica*, nº1 ao nº 49 (1932-1945), que se referem à educação física e à prática de atividades físicas pelas mulheres. Como considerações finais, poder-se-iam mencionar: a) o discurso predominante trazia como biológicas características que são basicamente sociais e pressupunha uma educação física adequada à 'natureza' feminina: limitada e com pouco uso de força; b) devem ser ressaltadas as divergências a esse pensamento, em que se acreditava que a fragilidade feminina se originava de questões culturais e pretendia-se uma educação física que proporcionasse às mulheres experiências corporais mais abrangentes.

Palavras-chave: gênero, educação física feminina, história da educação física.

PHYSICAL EDUCATION FOR WOMEN: A GENDER APPROACH TO THE 1930S AND 40S

ABSTRACT. This paper is a gender approach to physical education for women in the 1930s and 40s in order to verify its agreements and contradictions. *Revista de Educação Física*, issues 1 to 63 (1932-1949), and *Educação Physica*, issues 1 to 49 (1932-1945), which deal with physical education and physical activities practised by women, supported this reflection. Summing up, the following must be considered: a) the prevailing discourse claimed as biological those features which are basically social while presupposing a kind of physical education adequated to female nature, characteristically limited and light; b) divergencies with this formal thinking believing that female frailty was a cultural consequence and intending a formal physical education which might offer more comprehensive corporal experiences to women must be stressed.

Key words: gender, physical education for women, history of physical education.

INTRODUÇÃO

Na primeira metade deste século, a constatação de que as escolas promoviam o agrupamento, a separação, a distribuição hierarquizada dos sujeitos, assim como projetavam movimentos corporais diferenciados para meninas/mulheres e meninos/homens, parece ser bem nítida. Entretanto, as maneiras pelas quais as atividades escolares

continuamente inscreviam nos corpos as diferenças de gênero aparecem difusas.

A exploração dessas questões invocam novas e outras possibilidades de compreensão de como, através dos tempos, são consolidadas ou refutadas as práticas feminilizantes e masculinizantes. As implicações daí surgidas para a história da educação são evidentes, pois os elementos constitutivos do ambiente escolar estão impregnados de possibilidades de se tornarem fontes de pesquisa para o/a

* Aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro.

Endereço para correspondência: Rua Barão de Itambi, 34/1204, Botafogo. CEP: 22.231-000. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Telefone: (021) 551-8452. E-mail: <anajulia@infolink.com.br>.

historiador/a que pretenda trabalhar a educação sob a ótica do gênero¹.

EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA FIGURA FEMININA

Os processos de construção/imposição de gênero são tão mais explícitos se nos centramos na educação física que agiu e age diretamente sobre alunas e alunos na escolarização dos seus corpos. É essa direção que toma o presente texto, buscando perceber como, na educação física, colocaram-se as distinções sociais baseadas sobre as diferenças sexuais das pessoas. A intenção, aqui, é trazer, sob a perspectiva de gênero, uma reflexão acerca da educação física feminina nas décadas de 1930 e 1940, procurando mostrar alguns consensos e contradições que nesta época se puseram.

O estudo se deteve nas décadas de 30 e 40 porque, apesar de já vir acontecendo um processo gradual de incorporação de algumas atividades físicas nas escolas desde o século XIX e incrementando-se no início do século XX, há uma intensificação das discussões em torno da educação física e de suas diretrizes neste período. Por certo esses debates não começaram nem se restringiram a essas duas décadas, mas são nos anos 30 que se efetivam a maior parte dos projetos para implementar, tornar obrigatória e regular a prática de educação física, nas escolas, para ambos os sexos (Castellani Filho, 1988 e Horta, 1994).

Na década de 30, tem-se um período profícuo para a educação física, proporcionado pela sua aproximação com as propostas governistas e pela própria centralidade do poder federal. Em relação à

sua obrigatoriedade em âmbito nacional, destacam-se a Reforma Francisco Campos de 1931 para o ensino secundário durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, e a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, outorgada em 1937 pela ditadura Vargasista do Estado Novo, que estabelece, então, a obrigatoriedade da educação física para todos os níveis de ensino.²

Nos mesmos anos 30, incrementa-se a publicação das idéias correntes em livros e periódicos, datando desta década o surgimento de dois importantes periódicos na área: a Revista de Educação Física, publicada pela Escola de Educação Física do Exército (1932-1997), uma fonte interessante para estudos na área, pois, além de estar sendo publicada com assiduidade desde 1932, é um periódico do Exército, órgão que, inicialmente, foi grande propagador das discussões sobre educação física no país; Educação Physica – revista tecnica de esportes e atletismo (1932-1945), uma publicação da iniciativa privada dirigida por Paulo Lotufo e Oswaldo M. Resende.

A partir desses dois periódicos, **Revista de Educação Física**, nº 1 ao nº 63 (1932-1949), e **Educação Physica**, nº 1 ao nº 49 (1932-1945), foram selecionados para uma análise sob a perspectiva de gênero da educação física feminina³, os artigos referentes à prática feminina de atividades físicas, à educação física escolar e à educação física feminina.

Por meio da análise dos textos encontrados, pode-se observar a vasta influência e a preocupação da medicina e dos meios militares com o controle dos corpos das mulheres nas décadas de 30 e 40. A educação,

¹ Resumidamente, o gênero pode ser entendido como uma categoria de análise que diz respeito à construção social da masculinidade e da feminilidade, bem como comporta um campo primário no qual as relações de poder são articuladas (Scott, 1995). Para ter mais informações, ver: Bourdieu (1995), Louro (1992, 1995a, 1995b, 1997a, 1997b), Scott (1995) e Sorj (1992).

² Não sendo estes aspectos centrais para o presente texto, indico outros estudos específicos sobre história da educação/educação física brasileira sobre os debates e ações ocorridos na primeira metade do século XX: Magali Alonso de Lima (1980), Lino Castellani Filho (1988), Paulo Ghiraldelli Júnior (1988), Carmem Lúcia Soares (1994), José Silvério Baía Horta (1994) e os textos publicados nas duas coletâneas Pesquisa Histórica na Educação Física Brasileira (Ferreira Neto, 1996, 1997).

³ Apesar de focar a educação física feminina, a abordagem a ser feita se situa dentro do referencial de gênero, de modo que não pretendo um olhar isolado do feminino, mas sim articulá-lo com as imagens de mulheres e de homens que se projetavam nas propostas sociais e pedagógicas correntes na época.

nela incluída a educação física, era considerada como um componente fundamental para formar uma nova nação, uma nova raça. Através do higienismo e do eugenismo, utilizou-se a educação física/esporte para a implementação do novo projeto de modernização da sociedade brasileira, destinando à mulher, estereotipada como figura materna, a tarefa de gerar o futuro “saudável, resistente e forte” do país. Portanto, “embelezá-la, transformá-la em elemento sadio de procriação, tal deve ser o objetivo de todos os que se interessam pelo aprimoramento racial e cultural de uma nação. O meio é a educação física” (Revista da Educação Física, nº 6, 1933a)⁴.

Da mulher dependia a regeneração física e moral do povo, de sua prole saudável surgiriam os/as trabalhadores/as e soldados fortes, necessários para a consolidação do ideal nacionalista. A mulher existia como retrato de sua maternidade, parte de um compromisso com a eugenia brasileira, sendo que “A educação física feminina, racionalmente empregada constituirá um dos fortes esteios no qual se apoiará, futuramente, a pujança da raça” (Revista de Educação Física, nº 6, 1933a).

Entretanto, o discurso higienista-eugenista recomendava a prática de atividades físicas para as mulheres contanto que houvesse uma adequação às suas especificidades biológicas. Havia uma preocupação de se entender as mulheres para planejar-se um programa condizente com suas características físicas, emocionais e psicológicas. A figura feminina, dispoñdo de um corpo ‘frágil’, emocionalmente ‘instável’ e com personalidade de ‘tendência fraca’, merecia cuidados especiais. A educação física deveria não só trazer-lhe benefícios físicos, mas, sobretudo, morais, visto que “é do consenso geral que a mulher apresenta um sistema nervoso mais delicado que o do homem, uma sensibilidade maior, uma resistência moral menos segura” (Ramos, 1937:35).

Devia-se privilegiar exercícios consonantes com a psicologia e a morfologia das mulheres. Por vezes, a ginástica feminina vinha acompanhada de música e esta junção tomava a forma de movimentos rítmicos. Além disso, a

ginástica rítmica era incentivada como prática feminina por não ter finalidade competitiva, já que para a mulher são recomendados “os jogos e a ginástica rítmica, sem a preocupação desportiva do *record*” (Mendes, 1933:23). As atividades realizadas com músicas e as artísticas correspondiam a um ser emotivo e dado aos sentimentos, e os movimentos que privilegiassem a parte inferior do corpo, especialmente a região da cintura/quadrís, valorizavam as formas feminis ao mesmo tempo que ajudavam na preparação para a maternidade.

Tânia Maria Cordeiro de Azevedo (1988) realizou uma análise de textos que se referissem à mulher, compreendidos no período de 1932-1987, que foram publicados em nove periódicos especializados em educação física e desportos. A autora considera que “conceitos como o de fragilidade, passividade, submissão, beleza etc., que compõem o quadro relativo à feminilidade, além de concepções sobre a procriação, são ainda em sua totalidade atribuídos à mulher”, e além disso, “essa concepção de que a maternidade deve ser preservada a todo custo está substancialmente ligada à teoria social de que a mulher é, antes de tudo, reprodutora e que a maternidade é sagrada” (p. 2-3).

Para as mulheres, prevalecia a prática da ginástica feminina e da dança, compostas de movimentos delicados, flexíveis e graciosos que buscavam, como também constatou Azevedo (1988), desenvolver mulheres sadias para gerarem filhos saudáveis. Assim, “a mentalidade da mulher aí terá sua expressão. O **feminino** deve ser acentuado na mulher pela ginástica. Cria-se assim, mais profundamente, o espírito da maternidade.” (Revista da Educação Física, nº 6, 1933a).

Nas fontes analisadas, muitas vezes os termos educação física feminina, ginástica e dança são utilizados como se fossem sinônimos. A correspondência do feminino com essas atividades parece acontecer em decorrência de um processo de naturalização de características eminentemente sociais, o que implicava uma concepção de determinação biológica para atitudes femininas. Apoiava-se nessa percepção a recorrente identificação da dança como a

⁴ Foram encontrados muitos textos nos quais não há paginação nem há autores/as discriminados/as portanto, citá-los-ei através dos nomes dos seus respectivos periódicos.

atividade física da mulher, a dança como a mais ‘natural’ forma de educação física feminina (Revista de Educação Física, nº 4, 1933; nº 6, 1933b; nº 6, 1933c; nº 6, 1933d e nº 6, 1933e; Berardinelli, 1936; Ramos, 1937; Revista de Educação Física, nº 52, 1942 e nº 53, 1942).

Pode-se, notar, ainda, que os processos constitutivos das identidades de gênero não incorporam apenas os parâmetros adequados a cada sexo, incluem, também, uma pretensão de estabilidade destes. Portanto, além de serem quase que impostas condutas adequadas, há investidas de se reprimir os aspectos relacionados ao sexo/gênero oposto, preservando os ‘modelos’ sociais esperados para mulheres e homens. O texto **‘Educação Física Feminina – Rápido esboço sobre processos educacionais’** trata dessa questão ao criticar o método de Hebert por propor uma educação física em que não estejam bem marcadas as diferenças entre homens e mulheres, já que “uma coisa é certa: na escolha desses processos é preciso afastar os exercícios capazes de masculinizar a mulher e favorecer aqueles capazes de desenvolver suas aptidões e sua conformação física, a fim de assegurar sua missão biológica e seu caráter, suas faculdades de espírito e o vigor de seu corpo.” (Revista da Educação Física, nº 6, 1933a).

No tocante à educação física feminina, pode-se perceber isso mais claramente nas classificações que dividiam a prática da atividade física e que refletiam, de certa forma, uma supressão de características consideradas masculinas: 1) as atividades contra-indicadas, devendo ser extinguidas (futebol, lutas, ginástica com halteres, ginástica de aparelhos, saltos em distância, salto com vara, handebol etc.); 2) as de prática possível mediante rigorosa supervisão médica (ciclismo, atletismo ligeiro, patinação, etc.); 3) especialmente recomendadas (natação, voleibol, golfe, dança, ginástica rítmica, lições de ginástica etc.) (Ramos, 1937).

Um corpo delicado não poderia ser submetido a esforços intensos, do mesmo modo que o trabalho da força não lhe era indicado, sob a pena de tornar-lhe a aparência masculina. “Se no homem uma musculatura hipertrofiada é considerada como atrativo sexual, de maneira alguma na mulher pode ser considerada como encanto físico” (Ballariny, 1940:52). Atividades

violentas como a maiorias dos esportes e todas as atividades de ataque-e-defesa (lutas) eram-lhe expressamente proibidas, pois não diziam respeito às qualidades psicológicas femininas, posto que o embate, a competição e a brutalidade são típicos do âmbito masculino.

Ademais, a violência do contato físico poderia causar abalos irreparáveis aos elementos do sistema reprodutor feminino, deste modo pondo em risco o componente central de sua identidade: a maternidade. “O esporte violento é sempre pernicioso à mulher” (...), pois uma atividade física não recomendada poderia acarretar a perda de “sua importância biológica: reprodução” (Berardinelli, 1936:1). Era preciso proporcionar atividades adaptadas à natureza sensível das mulheres “jamais permitindo que a feminilidade, no sentido verdadeiro da palavra, seja destruída ou esquecida” (Guérios, 1948:14).

Uma observação que se deve estabelecer, a partir da maternidade enquanto destino único e ‘supremo’ das mulheres e a partir de toda sorte de teorias puramente biologicistas que pretendem justificar, por diversas maneiras, lugares ‘naturais’ e habilidades específicas para as mulheres, é a de que estas discussões pretendem fixar relações de poder. O direcionamento das possibilidades permitidas e coibidas para cada gênero expressam uma política corporal latente, no sentido de que

O corpo biológico socialmente modelado é, assim, um corpo politizado, ou se preferirmos, uma política incorporada. Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e de disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais (Bourdieu, 1995:156-157).

Mas, também, podemos observar o sentido mais geral e usual da palavra política ao vermos essa dimensão do poder expressa na forma de leis e de decretos que influenciavam, diretamente, o cotidiano. A afirmação de poder explicita-se, principalmente, numa política para a educação física que pretendia o controle dos corpos das mulheres. Estabelecido,

primeiramente, durante o Estado Novo, o cerceamento da prática de certos desportos pelas mulheres (lutas, futebol nas suas variantes, halterofilismo, pólo aquático etc.) permaneceu oficialmente em forma de lei até o ano de 1979 (Rosemberg, 1995).

O que se pretende fazer aqui emergir é o fato de a política atuar construindo e legitimando as relações de gênero e, reciprocamente, as visões padronizadas para os gêneros, influenciando nas formulações políticas. O que se pode depreender desse momento histórico acorda com o pensamento de Scott (1995), no qual a autora esclarece a estreita relação entre regimes políticos autoritários e toda uma série de leis que buscam o controle das mulheres e, concomitantemente, a imposição de uma organização familiar.

Entretanto, não se pode esquecer que a mesma ‘vigilância’ de gênero era sofrida pelos meninos e homens que deveriam corresponder a uma figura idealizada de masculinidade. Esperava-se que eles fossem fortes, independentes, patrióticos, competentes e designava-lhes os jogos, a ginástica e os desportos. Assim, “do mesmo modo que a força é o apanágio do homem, como quase todos os machos animais, a graça, a flexibilidade e a harmonia de formas constituem os privilégios da mulher” (Ramos, 1942:35). A diferenciação bem determinada entre atividades exclusivamente femininas e masculinas não só correspondiam a representações sociais específicas, como também pretendiam suprimir as ambigüidades das identidades de gênero.

Guacira Lopes Louro (1995b:114) expõe muito claramente essa postura ao reconhecer que a educação “é uma importante peça nesse trabalho de repressão, de desvio, de estranhamento, em cada um dos gêneros, daquelas características que são atribuídas ao outro”. Se por um lado as mulheres eram mais representadas do que se representavam, eram mais ditas do que diziam, se eram-lhes imposto um modo de ser considerado natural pela autoridade do óbvio, por outro, os homens também sucumbiam ao seu próprio dever-ser. Tratava-se de uma dupla imposição.

É importante atentarmos que há atividades somente recomendadas para as mulheres, como é o caso da dança, o que não esconde o estigma

sexista em torno dessa atividade. “Do mesmo modo que, para o homem, o trabalho físico é realizado sob diversas formas (...), de caráter estritamente feminino, são largamente empregadas as danças rítmicas ou ginásticas” (Ramos, 1937:36). A ratificação da dança enquanto atividade exclusivamente feminina vai além da sua associação com um perfil ‘feminino’, ultrapassa o incentivo daquilo que é conveniente ao seu gênero, mas também revela condutas inadequadas ao outro gênero e que, portanto, para o gênero masculino devem ser inibidas. O que parece também estar velado nessa repressão dos atributos pertencentes ao sexo oposto é um comportamento homofóbico, pois

Sendo a sexualidade algo por demais importante, socialmente, para ser abandonada aos acasos das improvisações individuais, o grupo propõe e impõe uma definição oficial dos usos legítimos do corpo, excluindo, tanto das representações quanto das práticas, tudo o que, especialmente entre os homens, pode evocar as propriedades estatutariamente atribuídas à outra categoria (Bourdieu, 1995:156).

O processo social de generificação se refere, sobretudo, à incorporação de limites, de linhas divisórias que tentam separar o que é próprio de meninas/mulheres e de meninos/homens. Mais que divisão, pretende-se estabelecer uma oposição, um antagonismo, de modo que seja bem evidenciada a diferenciação entre o feminino e o masculino.

Apesar de muitas vezes ser reforçada essa separação entre meninas/mulheres e meninos/homens, a educação física feminina e a masculina não foram concebidas isoladamente nem podem ser interpretadas assim, pois nos alerta Eliane Marta Teixeira Lopes (1994:23) “um gênero se constitui culturalmente na sua relação com o outro, em presença ou em ausência”. Considerando-se que a condição humana é mais social do que biológica, que precisamos do outro para sermos, que necessitamos do

outro para aprendermos a ser humanos, o modo como interagimos influencia diretamente em como nos construímos e nos reconhecemos enquanto mulheres e homens.

Cada pessoa constrói sua singularidade de gênero a partir das possibilidades sociais disponíveis aceitas ou não aceitas ou ainda em contraposição a todas elas. Portanto, a identificação de gênero se inscreve tanto na alternância circunstancial de presença e ausência do outro sexo quanto na regulação do que é permitido e do que é proibido culturalmente no contato com o outro. Pode-se perceber essa preocupação acentuada de delimitação do feminino e do masculino numa educação física que, em geral, contribuía para imprimir, lentamente, a diferenciação entre os sexos, através do estudo em colégios separados, do aprendizado de conteúdos diferenciados e propícios a cada sexo, da repressão e da proibição de atividades que não coadunassem com as expectativas socialmente forjadas para cada sexo, da designação de professoras para meninas e de professores para meninos.

Os artigos analisados, são atravessados por um certo consenso que impunha proibições e restrições para a socialização corporal de meninas/mulheres em contraste com as possibilidades abrangentes e os diferentes estímulos corporais propiciados aos meninos/homens. Embora esteja refletida, nesse consenso, a ratificação de uma relação de poder, a própria relação subentende uma disputa suscetível a oscilações. Assim, apesar de haver um discurso predominante que apontasse para uma educação física limitante e adequada às tendências ‘naturais’ das mulheres, não é possível tomarmos esse pensamento como um consenso absoluto.⁵

Um exemplo de que toda proposta, mesmo prevalecente, encerra nela própria a sua contestação pode ser encontrado na crítica exercida em ‘Cultura *Physica* Feminina’. Este texto questiona a exclusão das mulheres das atividades físicas e discorda da indicação de atividades especificamente femininas como a

dança e a ginástica ritmada. Todavia, a grande surpresa reservada pelo artigo é a afirmação de que a suposta fragilidade da mulher não se dá por condições biológicas e naturais, mas sim pela influência de determinantes sócio-culturais pautados numa visão androcêntrica.

A influência hereditária, a educação escolar e familiar, a convicção de incapacidade muscular, fortemente embrechada em seu espírito pelas reiteradas afirmações concernentes à sua inferioridade física e fragilidade, arredaram a mulher da actividade física esportiva e culturista (...) Foi a vaidade masculina que criou essa mulher artificial, semi-inválida, em inteira dependência do homem. E a inação secular destruiu os elementos da beleza feminina, que são a plástica muscular e o andar atlético. (Educação *Physica*, nº 23, 1938:57)

“A dança e os exercícios gráteis não devem ser considerados, pois, sinão como complemento da cultura física, com a qual não tem sinão longinqua relação” (*ibid.*:75).

É importante percebermos como, neste texto, encontramos não só uma visão contestadora das origens da mulher como ser de estrutura frágil, mas também um enfoque diferenciado em relação à dança. Enquanto que, no geral das publicações analisadas, a dança é tida como atividade tipicamente feminina, portanto às mulheres recomendada sem restrições, este artigo a coloca como complemento ao invés de ponto central da cultura física.

Alguns artigos encontrados, que buscam romper com a idealização feminina e, portanto, de algum modo se antagonizam aos estereótipos em relação à mulher, defendidos pelo eugenismo/higienismo, são traduções de textos estrangeiros. Este é o caso de ‘Que é

⁵ Para maiores informações sobre contestações e resistências na década de 30 às concepções higiênicas e eugênicas na educação física feminina, consultar um estudo de co-autoria minha com Carlos Fernando F. da Cunha Jr. (1996) que incide agudamente nesta questão.

feminilidade?’, escrito por Grace Southcote Leake (1933:38) que questiona as figuras do homem forte e da mulher frágil, ressaltando em sua análise “que não se pode afirmar que uma figurinha delicada e lânguida seja mais feminil que aquela de compleição atlética”.

Datam do mesmo ano, 1937, posições contraditórias sobre a atividade física feminina. Enquanto Jair Jordão Ramos (1937) defende que, por serem as moças mais calmas e sossegadas, devem ser proscritos os exercícios de força, pois “a mulher foi constituída para procriar e não para lutar”, no artigo ‘Deve ou não a mulher desenvolver sua força?’, Mario Alzua (1937:24) questiona o estigma e o preconceito de que o trabalho de força masculinizaria a mulher ao indagar se “Teria a natureza determinado que a mulher fosse delicada e pouco resistente? (...) não se emprega, acaso, a designação de ‘sexo fraco’ para o sexo feminino? Pois bem: é necessário que esse conceito antigo, errôneo, absurdo e arbitrário, desapareça uma vez por todas”.

Por uma leitura histórica menos crítica, poder-se-ia, equivocadamente, chegar à conclusão de que as mulheres, na sociedade brasileira, sempre foram representadas pela fragilidade e pela submissão, estas concretizadas na educação física com a sua associação a atividades ‘naturais’ ao seu sexo, como a dança, a ginástica e outras. Pode-se, similarmente, imaginar que nenhum foco de crítica àquelas concepções foi exercido por parte daqueles que, na época, faziam a educação física/esporte no Brasil (estudiosos/as, pesquisadores/as, escritores/as e professores/as). Apesar de serem proposições predominantes na educação física aquelas que previam para as meninas/mulheres atividades calmas e emotivas em função de sua estrutura psico-biológica, e para os meninos/homens, atividades viris e empreendedoras de acordo com seus ‘impulsos naturais’, não podemos desconsiderar que houve divergências.

CONCLUSÃO

O discurso, predominantemente encontrado nas fontes analisadas – décadas de 30 e 40, traz que as diferenças sexuais biológicas inatas eram tidas como determinantes de comportamentos

‘típicos’ masculinos e femininos. A associação do sexo a um irrefutável destino social é uma visão essencialista, que encara como sendo biológicas as qualidades próprias do masculino ou do feminino, isto é, entende que há uma ‘essência’ masculina ou feminina diretamente atribuída pelo sexo da pessoa. Essa biologização/naturalização de uma construção social referendava propostas diferenciadas de atividades físicas para meninas/mulheres e meninos/homens. Percebe-se não só o que era socialmente permitido de ser praticado por cada sexo, como também o que devia ser coibido. Em outras palavras, para a construção/imposição das identidades de gênero, não era suficiente o direcionamento e a adequação de atividades físicas, era preciso suprimir, das experiências corporais de cada sexo, tudo aquilo que fosse considerado como ‘natural’ do outro.

Mas, talvez a observação mais importante que se pode depreender dessa reflexão é que as relações sociais comportam uma correlação de forças, na qual há assentimento, confronto, cumplicidade, assim como há reação e mudança. O que significa, também, dizer se, por um lado, as instâncias sociais, a política, a linguagem, as práticas cotidianas, as atitudes e os valores eram internalizados, incutindo, nos sujeitos, estereótipos quanto aos gêneros, este processo não se dá deterministicamente, ou seja, sem que haja contestações, resistências, transgressões. Se por um lado havia um pensamento predominante na educação física, que pressupunha uma mulher de natureza frágil, limitada e dependente, por outro lado devem ser ressaltados aqueles que acreditavam e pretendiam mulheres fortes, capazes e empreendedoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALZUA, Mário. Deve ou não a mulher desenvolver sua força? *Revista Brasileira de Educação Física*, nº 9, p. 24-26, abril, 1937.
- AZEVEDO, Tânia Maria Cordeiro de. *A mulher e a atividade desportiva: preconceitos e estereótipos*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: UFF, 1988.
- BALLARINY, Humberto. Por que a mulher não deve praticar o futebol? *Educação Physica*, nº 49, dez., 1940.
- BERARDINELLI, W. As formas femininas e a educação física: a moda social e a moda biológica. *Revista da Educação Física*, ano 5, nº 33, out., 1936.

- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação e Realidade**. 20(2):133-184, jul./dez., 1995.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1988.
- CUNHA Jr., Carlos Fernando F. e PACHECO, Ana Julia Pinto. A produção do conhecimento na educação física/esporte na década de 1930 no Brasil: em busca de resistências às concepções higienistas e eugênicas sobre a mulher. *In*: RODRIGUES, Maria Aparecida A. *et al.* (Orgs.). **Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física**, p. 132-139. Belo Horizonte: UFMG/ EEF, 1996.
- EDUCAÇÃO PHYSICA. **Cultura Física Feminina**, nº 23, p. 57, out., Rio de Janeiro: Companhia do Brasil, 1938.
- FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Pesquisa histórica na educação física**. Vitória: UFES, 1996.
- _____. (Org.). **Pesquisa histórica na educação física**, v. 2. Vitória: UFES, 1997.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. São Paulo: Loyola, 1988.
- GUÉRIOS, Stella M. Educação física feminina: exercícios preventivos ou corretivos e de relaxamento. **Revista da Educação Física**, v. 15, nº 57, jan., 1948.
- HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- LIMA, Magali Alonso de. **O corpo no espaço e no tempo: a educação física no Estado Novo (1937-1945)**. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: FGV, 1980.
- LEAKE, Grace Southcote. Que é feminidade? **Revista de Educação Física**. 2(10):38, agosto, 1933.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. Tendências teórico-metodológicas da pesquisa em história da educação. *In*: **Série Documental do Inep**, nº 5, p. 19-27, maio. Brasília: Inep 1994.
- LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero. **Teoria e Educação**, nº 6, p. 53-67, 1992.
- _____. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**. 20(2):101-132 jul./dez. Porto Alegre: UFRS, 1995a.
- _____. Educação e gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. *In*: SILVA, Luiz Heron da e AZEVEDO, José Clóvis de (Orgs.). **Reconstrução curricular – teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis: Vozes, 1995b.
- _____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997a.
- _____. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**, p. 443-481. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997b.
- MENDES, Déa. Beleza e educação física da mulher. **Revista da Educação Física**, v. 2, nº 12, dez., 1933b.
- _____. A mulher e o esporte. **Revista da Educação Física**. 10(52):35-37, abril, 1942.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Educação física feminina: rápido esboço sobre processos educacionais**, v. 2, nº 6, março, 1933a.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Dansa e educação física**, v. 2, nº 4, jan., 1933b.
- REVISTA DA EDUCAÇÃO FÍSICA. **Ouvindo Naruna Amorim Sutherland**, v. 2, nº 6, março, 1933c.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Instituto de cultura física de Sylvia Accioly**, v. 2, nº 6, março, 1933d.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Curso Klara Korte**, v. 2, nº 6, março, 1933e.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **A dança através dos tempos**, v. 10, nº 52, abril, 1942.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **A educação física e a arte**. 11(53):40-41, junho, 1942.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A educação física, os esportes e as mulheres: balanço da bibliografia brasileira. *In*: ROMERO, Elaine (Org.). **Corpo, mulher e sociedade**. Campinas: Papirus, 1995.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20(2):71-99, jul./dez., Porto Alegre: UFRS, 1995b.
- SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**, p. 15-23. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.
-